



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Câmara Municipal de Jataí - GO



PROTOCOLO GERAL 787/2019
Data: 16/10/2019 - Horário: 17:46
Administrativo - PA 4/2019

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Representante: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jataí
Representado : Vereador Gildenício Francisco dos Santos

Processo Ético Disciplinar nº 3/2019
SIGEP no. 484/2019

PARECER FINAL

I -

RELATÓRIO

Trata-se de processo disciplinar instaurado através de procedimento investigatório preliminar provocado através do Memorando nº 18/2019, da lavra da Presidente da Câmara Municipal de Jataí, que trouxe a este Conselho de Ética a intimação recebida por esta Casa Legislativa sobre a decisão judicial prolatada nos autos do processo nº 5234771.57.2019.8.09.0093, em desfavor do parlamentar ora representado, pela possível prática de improbidade administrativa, tudo conforme com o art.16, parágrafo único da Resolução nº 12/09 (Código de Ética e Decoro Parlamentar).

É o relatório.

II -

DA DISPOSIÇÃO SUCINTA DA REPRESENTAÇÃO E DA DEFESA (Art.22 da Resolução nº12/09)

No dia 06 de agosto do corrente ano (2019), a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jataí, apresenta Representação ao Conselho de Ética desta Casa Legislativa, com fulcro nos artigos 30, inciso VIII, e no artigo 34, inciso II e §1º da Lei Orgânica Municipal, c/c art.5º alíneas "a" e "b" da Resolução nº 12/2009, pela instauração de procedimento para decretação de perda do mandato em desfavor do Vereador Gildenício Francisco dos Santos.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Preambularmente, sustenta a legitimidade destacando que a Constituição de 1988, art.55, § 2º, bem como a Constituição do Estado de Goiás, art.14, §2º e a Lei Orgânica do Município de Jataí, art.34, §2º, atribuem a legitimidade a Mesa ou partido político com representação na casa parlamentar, ou seja, denotando a total legitimidade da representação ora formulado.

No mérito, aduz em síntese que a representação é formulada e embasada nos documentos e provas trazidos nos autos da Ação Civil Pública nº 5234771-57.2019.09.0093, promovida pelo Ministério Público Estadual, onde através de provas documentos e testemunhas foram trazidos a tona que o representado teria enriquecido ilicitamente através da exigência de repasses de parte da remuneração dos servidores lotados no seu gabinete há pelo menos dois mandatos, havendo fortes indícios de que a prática persistia até o seu recente afastamento por determinação judicial.

O suporte probatório da representação se baseia, nos autos do processo judicial, onde destaca depoimentos de diversos servidores confirmando a prática ilícita, bem como alguns comprovantes de transações bancárias realizadas entre servidores e o parlamentar ou pessoa por ele indicada, conforme narrado em seu bojo.

Nesse contexto, aduz a representação que analisando as informações prestadas por todos esses servidores, observa-se que o vereador Gildenício Francisco dos Santos enriqueceu e continua a enriquecer ilicitamente por meio de seu cargo.

Em vista disso, sustenta a representação que diante da decisão judicial que culminou com o afastamento do parlamentar de suas atividades legislativas, bem como da peça do MP apresentada e das provas testemunhais e documentais que respaldam as acusações formuladas, pugnamos pelo recebimento da presente Representação para apuração dos fatos apresentados e tomada de providência pelo Conselho de Ética da Câmara Municipal.

Destaca-se que as condutas apontadas como realizadas pelo parlamentar, além de caracterizarem improbidade administrativa (que está sendo apurada esfera do processo judicial acima assinalado), se confirmadas ao final, após todo o procedimento, denotará ainda quebra de decoro parlamentar, a ensejar a aplicação dos artigos 12, II da Resolução Nº12/09 (Código de Ética Parlamentar).

Ao final, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jataí, representada pela sua Presidente, a Vereadora Kátia Aparecida



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Martins de Carvalho, pugna pelo recebimento da presente REPRESENTAÇÃO pelo Conselho de Ética desta Casa Parlamentar, para que seja determinado o processo de perda de mandato parlamentar em desfavor do representado, uma vez que o mesmo teria cometido grave infração ao Decoro Parlamentar e assim, conforme preceitua o art.34 §1º da LOM, c/c art.5º, inciso III, alíneas "a" e "b" da Resolução nº 12/09 desta Câmara de Vereadores, estaria sujeito a decretação da perda do mandato.

No dia 17 de junho do corrente ano (2019), o vereador representado notificado, apresentou tempestivamente a sua DEFESA PRÉVIA sobre os fatos narrados na representação protocolizada perante esta Câmara Municipal, aduzindo preliminar e de mérito.

Aduz o representado em sua defesa prévia, do mérito na defesa preliminar, a incompetência do Poder Legislativo para o julgamento de atos de improbidade, sob a alegação de que a responsabilidade pela prática de atos de improbidade administrativa tem raiz no § 4º do artigo 37 da Constituição Federal, que já prevê as penas de suspensão dos direitos políticos, perda de função pública, indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Sustenta que, a Câmara Municipal de Jataí, ao prosseguir com o procedimento administrativo contra o representado arrimado artigo 30, inciso VIII e artigo 34, inciso III da Lei Orgânica do Município de Jataí, notificando o representado nos termos do artigo 16 e 17 da Resolução nº12/09, representado por supostas práticas de ato de improbidade administrativa usurpa competência do Poder Judiciário e viola a soberania popular, pois objetiva cassar determinado legislador, devidamente eleito, sem que se observe o devido processo legal que subjaz como condição de validade do próprio procedimento político de cassação, desde já requer seu arquivamento tendo em vista a incompetência do poder legislativo para o julgamento de atos de improbidade.

Sustenta ainda, que as infrações político-administrativas que permitem a abertura de processo político de cassação encontram-se estampadas no artigo 12, da Resolução nº 12/09, que trata de atos contrários à Ética e Decoro Parlamentar, apontando como fatos que justificam a perda do mandato ao vereador.

Das alegações, sustenta quanto a ausência de ato ímprobo que os fatos narrados estão longe de configurar um ato de



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

improbidade administrativa, pois carecem de requisitos mínimos previstos na tipificação legal.

Por outro lado, aduz acerca da inexistência de prejuízo, dano ao erário público para tal transcreveu vários precedentes jurisprudenciais dos tribunais pátrios e doutrinadores.

Em arremate sustenta que, ainda, numa eventual subsista alguma irregularidade formal, esta não torna o representado desonesto ou desleal a ponto de submetê-lo ao rito da lei de improbidade administrativa, pois ausente qualquer demonstração de dano ao erário público.

Por derradeiro, sustentou em sua defesa prévia, quanto a inexistência de dolo, citando precedente jurisprudencial para corroborar com assertiva e tese defensiva.

Aduz que o representante deixou de demonstrar minimamente qualquer evidência de dano e dolo do representado, resta notoriamente descaracterizados os atos indicados como de improbidade administrativa.

Ao final, requer nos termos do art.17 da Resolução nº12/09, da defesa para o fim específico, rejeitada e declarada improcedente.

Após a apresentação da Defesa Prévia, o Relator apresentou Relatório Prévio, nos termos do artigo 13 e 19 da Resolução nº 12/09, concluindo, após minuciosa análise dos fatos e provas obtidos através de processo 5234771.57.2019.9.09.0093 de ação de improbidade administrativa, restou configurado que existem fortes indícios de que os atos praticados pelo vereador afastado são incompatíveis com o decoro parlamentar, verdadeira lesão ao decoro, que se enquadram nas hipóteses previstas no § 1º do artigo 34 da LOM c/c 5º, inciso III, alíneas "a" e "b", da Resolução nº 12.

No dia 09 de outubro do corrente ano (2019), o representado protocolou suas alegações finais, sustentando a nulidade processual da oitiva por cerceamento de defesa da repetição do ato, colacionando ensinamento doutrinários, sob a alegação de que o representado deve ser ouvido e ter suas testemunhas ouvidas mesmo que limitadas por essa comissão, citando julgado que lhe garante o direito

Em seu pedido final, requereu que seja declarada a nulidade plena deste processo, por erro insanável quanto a



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

representação deste impetrante, qual seja, o mesmo não foi formalmente representado, haja vista que no processo consta apenas um memorando da presidência desta casa, encaminhando cópia do processo judicial, não se trata de uma representação com a exposição dos fatos e a indicação das provas e o acolhimento das preliminares, para que seja marcada nova oitiva e por fim a nulidade processual desde a audiência por cerceamento de defesa, bem como da repetição do ato e da devolução para apresentação de nova reposta escrita.

III - DA INDICAÇÃO DOS MOTIVOS DE FATO E DE DIREITO

3.1 DA PROVA EMPRESTADA AÇÃO JUDICIAL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL EM FACE DO REPRESENTADO

Antes de adentrarmos na fundamentação fática e jurídica que embasa o presente parecer final, cumpre inicialmente apresentar a síntese da ação judicial de improbidade administrativa proposta em desfavor do vereador **GILDENÍCIO FRANCISCO DOS SANTOS** que serve de fundamento para a Representação por Quebra de Decoro Parlamentar, em trâmite perante a 2ª Vara Cível das Fazendas Públicas da Comarca de Jataí.

É importante obtemperar que as provas indiciárias ainda não constituíram em provas verdadeiramente, uma vez que as testemunhas, até o presente momento, não passaram pelo crivo do contraditório e ampla defesa.

O MPGO através das apurações feitas em ação cautelar antecedente de ação civil pública de improbidade administrativa, promoveu em face do Representado uma ação civil pública de imposição de sanções por atos de improbidade administrativa, protocolada sob o n.5234771.57.2019.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara de Cível, Fazendas Públicas desta comarca de Jataí/GO, onde aponta que o vereador Gildenício Francisco dos Santos, que usou o cargo por ele ocupado para angariar parte das remunerações dos servidores do seu gabinete.

Em sua exordial o Ministério Público narrou que o Vereador Representado solicitava a nomeação dos servidores de seu gabinete, e assim utilizava seu poder de nomeação e exoneração para fazer com que seus assessores entregassem parte de seus salários.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Assim, o Ministério Público concluiu pela prática de atos de improbidade administrativa nos moldes do Art. 20 da lei 8.429/92, c/c Art. 305 CPC, com a aplicação das sanções respectivas, em especial a perda definitiva da função de vereador; a recomposição do dano ao erário; a perda dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio; a imposição de multa civil, e a suspensão dos direitos políticos.

O Ministério Público ainda requereu o afastamento do vereador GILDENÍCIO FRANCISCO DOS SANTOS pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e a decretação de indisponibilidade de bens, no quantum de R\$ 402.600,00 (quatrocentos e dois mil e seiscentos reais). Os pedidos foram recepcionados pelo juiz da 2ª. Vara d/ Comarca - Dr. Thiago Soares Castelliano Lucena de Castro.

O Representado no mérito da defesa prévia alegou a incompetência do poder legislativo para o julgamento de atos de improbidade administrativa, aduzindo que tal competência se restringe ao poder judiciário, conforme a legislação vigente.

O Representado ainda aduz que a resolução bem como o regimento interno desta casa, trata das infrações de cunho político passíveis de perceber denuncia, mas não veicula nenhum ato praticado por ele que possa configurar quebra de decoro parlamentar, e que a representação nada aponta nesse sentido.

Ocorre que o vereador não está sendo julgado por esta Comissão por atos de improbidade administrativa, mas sim, pela prática de atos contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar.

Como visto acima, a Ação Civil Pública de Imposição de Sanções por Atos de Improbidade Administrativa cumulada com Pedido de Tutela Cautelar de nº 5234771.57.2019.8.09.0093, aponta condutas praticadas pelo Representado que caracterizam atos de improbidade administrativa que importam em ENRIQUECIMENTO ILÍCITO e que CAUSAM LESÃO AO ERÁRIO PÚBLICO.

Vejamos novamente trecho da descrição da conduta do parlamentar feita pelo Ministério Público:

"Consta dos autos que"...

A partir de então, foram ouvidas nesta Promotoria, vários servidores da atual legislatura, ... Foi então que duas servidoras



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

e um servidor do Gabinete de Gildenício Francisco dos Santos, revelaram que fizeram repasse de seus salários mensalmente ao vereador ora Representado, ...(gravados em CD), assim vejamos:

A ex-servidora WERICKA MACEDO, ouvida no dia 12/04/2019, contou que o conhecia da igreja e trabalhou para ele nos anos de 2013 e 2014, e que logo de cara foi informado pelo réu que deveria entregar R\$ 700,00 do seu salário para ele, mensalmente, para que fosse repassada ao irmão JANDES, eis um trecho do depoimento:

Promotor: Nesse valor, ele quando lhe chamou pra trabalhar com ele, ele lhe antecipou, ele lhe falou se você teria que devolver alguma coisa? Wericka: Sim. Promotor: Qual valor? Wericka: Setecentos reais, nós acordamos. Promotor: Setecentos reais teriam que ser devolvidos... Mensalmente? Wericka: Mensalmente. Promotor: E você concordou com isso, Wericka? Wericka: No momento, pela situação, por contas que eu fiz e o que eu vivia no momento, sim.

Que o valor era repassado mensalmente mediante transferência bancária para o irmão do vereador, o advogado JANDES, (irmão do Vereador representado), a saber: Promotor: E pra quem que você entregava esse dinheiro? Como que era a forma? Wericka: Não, era transferência bancária. Promotor: Transferências? Wericka: Isso. Promotor: Você transferia esse valor...

Wericka: É. Lá na Câmara tinha um caixa já, então já passava, o rádio peão passava, ou o pagamento tá na conta, que era todo dia vinte, é todo dia vinte, se não mudou. Aí a gente descia, já fazia a transferência e sacava a diferença.

Promotor: Ok. Então você fazia transferência bancária mensalmente pra conta bancária do Jandes? Wericka: Do Jandes.

A ex-servidora AGDA MENEZES, ouvida dia 12/04/19, contou que trabalhou entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014 como assessora do presidente da Câmara, vereador ADILSON CARVALHO, por indicação do réu GILDENÍCIO, pois eram conhecidos da igreja.

Que assim que foi contratada foi informada pelo réu que deveria repassar cerca de R\$ 2.000,00 do seu salário para outras duas pessoas, sendo uma delas o irmão do vereador, o advogado JANDES, a saber:



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Promotor: E nesse momento ele falou pra senhora já quanto que a senhora ganharia? Agda: Não. Depois que eu comecei né que... Promotor: Quem que lhe informou pra senhora dessa... dessa imposição, devolução de parcelas da remuneração? Agda: Não... ele, ele mesmo né. Depois que eu fui trabalhar lá ele falou, só que eu vou precisar de uma parte né, né da... do que eu tenho que pagar mais duas pessoas que, que vão fazer o serviço pra mim externo. Promotor: A senhora se lembra o nome dessas duas pessoas? Agda: No momento não, assim, eu conheço, mas... Promotor: Um deles era o Jandes? Agda: Isso. Um era. Promotor: O outro a senhora não se recorda o nome? Agda: É. É uma pessoa bem conhecida, mas agora eu não consegui lembrar o nome. Promotor: E esse Jandes ele trabalhava lá no Gabinete? Agda: Não. Ele trabalhava no, no escritório dele. Promotor: Ele é advogado? Agda: Isso. E... e parece que ele ia fazer algum serviço pra ele externo né, que ia precisar dele, foi tipo assim pelo que ele falou.

Que até sua rescisão foi 'abocanhada':

Promotor: Ah. Então a senhora ficou com o valor da rescisão proporcional aquela parcela... Agda: É, é isso. A gente fez um acerto... Promotor: ... que a senhora pegava todos os meses né, que era de mil setecentos a mil e novecentos. Então deixa eu entender. Então no valor da rescisão, se a senhora tivesse recebido quatro mil reais de rescisão, a senhora ficou com uma parcela que seria equivalente ao valor que a senhora receberia de mil e setecentos a mil e novecentos, proporcional, e o restante a senhora devolveu. É isso? É isso mesmo dona Agda? Agda: Isso. Eu... eu não me lembro o valor certinho, mas foi... Promotor: E foi... a senhora falou com o próprio vereador Gildenício sobre isso? Que a senhora precisava do dinheiro do acerto? Agda: É. Se ele não tinha como ele liberar o meu acerto né, porque eu ia ficar desempregada e tal. Promotor: E ele falou que não tinha como? Agda: Falou que não tinha como, que tinha que passar pros meninos.

Que durante esses 12 meses repassou em dinheiro e pessoalmente ao vereador réu.

O servidor LUIZ CARLOS NUNES contou que começou a trabalhar com o vereador GILDENÍCIO em janeiro de 2013, e em janeiro de 2015 assumiu como chefe do seu gabinete. Assim que assumiu a chefia do gabinete foi obrigado a repassar parte do seu salário, no valor de R\$ 2.000,00 mensais.

Como dito na primeira decisão sobre esse tema, do vereador MAURO BENTO, num país com 12 milhões de desempregados, o acesso



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

a um cargo público em comissão, como secretário(a) ou assessor (a), é recebido com alegria e muitas expectativas pelo contratado e sua família. São realizados planos pessoais, como obter um imóvel próprio, veículo, custear saúde e educação, etc. Os percalços naturais do trabalho são relevados quando se percebe o que ele proporciona de bem-estar, especialmente o financeiro. Mas na relação trabalho *versus* remuneração nenhum trabalhador suporia que parte da sua dedicação temporal e psicológica seria **dragada pelo egocentrismo do chefe** que, não satisfeito com sua própria remuneração, ainda exige uma parcela do subordinado. Compreende-se que as pessoas se submetam a esta constrangedora situação vez que, repise-se, são 12 milhões de desempregados e ninguém quer estar nessa estatística. O conflito interno deve ter sido enorme: ter que entregar parte do salário ao vereador sem poder fazer nada, afinal, muitas pessoas dependiam daqueles que se submeteram a essa prática.

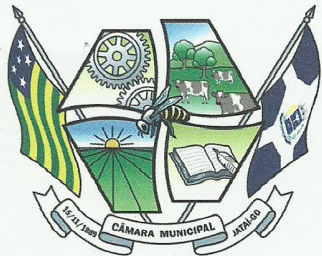
Segundo o representante do Ministério Público, o mandato parlamentar de GILDENÍCIO passou a ter três funções: legislar, fiscalizar e enriquecer, tanto que, segundo cálculos do Ministério Público, ao longo de quase uma década obteve ilicitamente o valor de R\$ 130.000,00

Havendo farta prova da prática ilícita, também vislumbro o risco à instrução da ação de improbidade, por dois motivos: impedir que prática criminosa continue e impedir novas ameaças aos servidores.

No primeiro, no exercício do mandato se enriquece ilicitamente às custas dos atuais servidores, fato relatado pelo chefe de gabinete LUIS CARLOS. O cargo tem lhe servido para locupletamento ilícito.

Segundo, procurou DUAS servidoras para fazer **ameaças veladas**, 'cobrando-as' porque não combinaram os depoimentos antes. Não obstante a prática ilícita, ainda perturbou emocionalmente, com ajuda de pastores da sua igreja, WERICKA e SOEME.

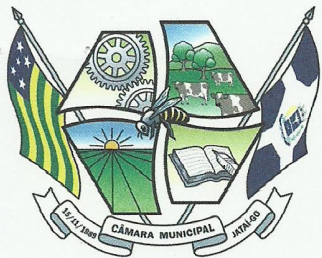
A ex-servidora WERICKA MACEDO foi ouvida pelo *parquet* no dia 12/04/19 e retornou à Promotoria no dia 16/04/19 para relatar ao Promotor que seu depoimento foi prestado numa sexta-feira e no domingo seguinte, na igreja Assembléia de Deus, o vereador e o pastor ADEJAIR a levaram para outra sala, e foi 'acusada' de conspirar com o vereador THIAGO MAGGIONE para lhe prejudicar. Eis o teor do novo depoimento:



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Wericka: Boa tarde. Promotor: Wericka, você prestou um depoimento anterior, essa semana, falando aí sobre o período que você trabalhou para o vereador Gildenício. Wericka: Sim. Promotor: Você retornou à Promotoria hoje para relatar outros fatos. O que aconteceu de lá para cá, Wericka? Você foi procurada pelo vereador? Wericka: Sim. Na sexta-feira... Promotor: O que ocorreu? Wericka: Na sexta-feira eu estive aqui com o senhor, quando no domingo... Promotor: Fala só um pouco mais alto por gentileza, que nós vamos gravar. Então você esteve aqui na última sexta-feira. Wericka: Sexta-feira. Isso. Dia... Promotor: Vamos confirmar aqui a data. Wericka: Acho 13, 12. Promotor: Última sexta foi dia 12. Wericka: Doze. Promotor: Então dia 12 de abril de 2019 você esteve na Promotoria junto com os demais servidores do Gabinete do vereador Gildenício e prestou depoimento. Wericka: Isso. Promotor: No domingo você foi procurada por ele, então? Wericka: Fui procurada por ele. Promotor: Em que contexto que ele a procurou? Wericka: Na verdade, depois que ele se reuniu com os pastores nossos lá e que queria ir lá à minha casa, queria me procurar em casa. Promotor: Os pastores da igreja? Wericka: Isso. Promotor: Qual igreja? Wericka: Assembleia de Deus. Promotor: Assembléia de Deus. Wericka: Isso. Ministério Missão. Promotor: Ok. Wericka: É, mas acho que não tiveram oportunidade ou não deu tempo. Aí no domingo pela manhã, em reunião na Igreja, logo após a reunião ele me procurou que queria conversar comigo. Aí nós nos retiramos pra uma sala, no momento ele convidou meu esposo também, então nós nos reunimos, ele, o pastor Adejair, eu e meu esposo nessa sala. E ele começou rodeando, rodeando, falando que seria fake, que tudo que estava na mídia que nós não poderíamos, é tipo assim, dar razão a isso, que não era bem aquilo lá, que não era verdade, que todo procedimento que ele fez era pra ajudar os irmãos e aquela coisa toda. Falei assim, tá, então resume aí sua fala e realmente o quê que você quer comigo. Aí diz ele que estava triste comigo, porque eu estava fazendo ligações pra denegrir a imagem dele, disfarçando a minha voz, que eu teria entrado em contato com o Aureliano pra falar do que tinha acontecido, do que estava acontecendo, e que ele estava muito triste comigo por causa disso. Senti, eu entendi como acusação também, quando ele disse que eu estava aliada ao vereador Thiago Maggioni pra "defamar", ou pra derrubar ele né, coisa que eu não tenho contato com o vereador, não falo com ele, não tenho contato nenhum com ele, então também não é verdade, não procede isso né. E ele negou veemente que eu teria feito acordo com ele. No dizer dele eu era inexperiente, recém-formada e que eu teria procurado o irmão dele pra fazer, ou pra me ajudar nos trabalhos lá da instituição da Câmara. Eu perguntei se tipo, pra fazer um ofício pra tapar buraco na rua se seu precisava do irmão dele pra me ajudar né. Não, mas eu não tenho conhecimento disso, você não falou comigo. Eu deixei bem claro perante



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

os outros que estavam lá também, que eu tinha acordado com ele sim, que foi no escritório dele, lá na Rua Salgado Filho. Promotor: Então o acordo pra você, o acordo não, a imposição pra você repassar o valor para o Jandes foi imposto pelo próprio vereador Gildenício? Wericka: Pelo vereador. Promotor: No escritório dele? Wericka: No escritório dele. Promotor: Ok. E você falou isso pra ele, Wericka? Wericka: Sim. Deixei bem claro. Promotor: Nesse dia na igreja? Wericka: Tanto é que eu usei um termo assim até bem direto, que eu falei você está mentindo, porque eu acertei com você, não foi com seu irmão, eu não falei com seu irmão em momento algum, não ligava pra ele, não falava com ele, não pedia ajuda, eu falava com teu irmão quando ele aparecia no Gabinete, chegava lá cumprimentava a gente, tá tudo bem? Tudo bem, ok, ia embora e eu continuava meu trabalho. Em momento algum eu falei. No dia que nós acertamos, tanto é que foi no dia 17/04/2013, eu saí do escritório dele com o número da conta do irmão dele em mãos, sabe, com o valor em baixo, o tanto que teria que repassar e o número da conta do irmão dele. E assim eu fazia todos os meses, de maio a dezembro eu fiz esse repasse. Não satisfeito, por tudo isso, que aí ele frisava toda hora que ele queria que ficasse bem claro que esse dinheiro não ia pra ele. Até meu esposo interferiu, falou assim, não vai pra você, não foi pra você diretamente, mas você pegava parte do salário da minha esposa, que ia pra conta do Sebastião, até usou um nome de terceiro, que ia pra conta... que depois que o Sebastião não trabalhava pra você. Promotor: Que era o Jandes? Wericka: Que era o Jandes. Né. Então quer dizer, saia da minha conta, ia pra conta do Jandes, que prestava serviço pra ele. Então se ele quisesse o serviço do irmão dele, que saísse do bolso dele. Ou de outros né. Que saísse do bolso dele e não dos demais funcionários lá. É... não satisfeito, a tarde ele insistiu em procurar a Soeme, que é a outra assessora dele, que ainda trabalha com ele, a Soeme não atendeu, até por orientação do senhor mesmo para com a gente, que não falar com ele em relação a isso, é... eu atendi, eu aceitei falar com ele porque ele colocou como se fosse algo lá da igreja mesmo, depois que lá na sala que ele mexeu no assunto, aí como nós estávamos lá, eu vi a oportunidade de já mostrar até mesmo para o nosso pastor quem ele é realmente. E... aí a Soeme não atendeu, ele foi lá, no que a Soeme recusou a falar com ele sobre o assunto, ele começou a denegrir minha imagem de novo, que eu tinha aliado com o vereador, reforçou, que eu tinha juntado com o Aureliano pra contratar o Jandes pra nos ajudar, porque a gente não era competente, não era capaz pra fazer o serviço, então... Promotor: Ele falou isso? Wericka: Que nós não éramos capazes de fazer o serviço, então que nós tínhamos contratado o Jandes pra nos ajudar. Agora assim, se nós fossemos contratar uma pessoa, que não fosse o irmão dele né, que eu conheci naquela situação lá, eu nem conhecia esse irmão dele. Então assim, é bem, bem constrangedor.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Promotor: E ele fez alguma acusação em relação aos demais servidores? Ele falou dos outros também? Wericka: Falou nessa conversa nossa denegrindo a imagem deles. Que eles não são competentes, que eles não são capazes, que ele precisa refazer ou fazer o serviço que era pra eles fazerem, que deixa a desejar. Então, assim, eu achei bem desagradável da parte dele a forma como ele apresenta os funcionários dele, tanto é que no momento eu falei, se eles não atendem a sua necessidade, dispensa e contrata profissionais a altura pra te atender. Promotor: Ok. Wericka, mais alguma coisa? Que tenha acontecido nesse período? Wericka: Dele procurar as pessoas e o Maurício ter passado mal. O Maurício tá numa situação bem constrangedora.

Promotor: O Maurício chefe de Gabinete, de fato lá né, assessor... Wericka: Isso. Promotor: Ele tem algum problema de saúde, passou mal? Wericka: Tem. Ele tem um problema sério de saúde, de coração, inclusive foi liberado uma... foi autorizada uma cirurgia dele, já tem uns seis meses, porém ainda não foi... foi autorizado, mas não foi liberado. Promotor: Uhum. Wericka: Pra ele fazer essa cirurgia. E no domingo mesmo a noite, ele estava muito constrangido com toda essa situação. Ele, ele passou mal que teve que ser retirado da igreja. Então assim, a gente tá bem preocupado com ele, e em suma o vereador tá colocando pra todos que ele conversa, que vai reunir um pessoal lá da igreja pra colocar ele como inocente e que Maurício, Soeme e eu que estamos armando tudo isso pra ele, pra derrubar ele. Promotor: Uhum. Que absurdo. Então, Wericka, mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar? No seu depoimento? Wericka: Por ora só doutor. Não teve... Promotor: Lhe agradeço.

A servidora **SOEME RODRIGUES**, que recusou entregar parte do seu salário apesar da exigência do réu, **também foi procurada pelo vereador que lhe cobrou porque não conversaram antes para 'combinarem' o seu depoimento, a saber**

Soeme: Na sexta-feira por volta das 18 horas e 26 minutos o vereador Gildenício ligou no meu telefone e eu não podia atender, estava tomando banho, mas meu esposo atendeu ele, recebeu ele em casa. Aí quando eu saí do banheiro, fui receber ele, ele disse que queria falar. Queria saber qual foi o depoimento nosso da equipe. Eu disse para ele que eu não queria, que eu não poderia estar falando, a gente foi orientado a não estar comentando até mesmo na Câmara e principalmente com ele. Se ele quisesse falar outros assuntos, né. Aí ele começou a falar alguns detalhes, de alguns ex-assessores, eu pedi para ele que eu não queria saber de nada. Aí ele falou que eu não sabia de um caso que tem um assessor que repassa voluntariamente e eu pedi



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

mais uma vez para que ele não falasse mais detalhes. Então é isso, eu vim aqui registrar que ele me procurou. Promotor: Ok. Soeme, ele falou que vocês deveriam ter se reunido antes, algo do tipo? Soeme: É, ele perguntou por que a gente não reuniu antes para ele passar as orientações para gente. Eu falei que nós assessores realmente achamos por bem de não reunir com ele antes do nosso depoimento, que foi na sexta-feira.

Além disso, depois da concessão da medida cautelar, o Ministério Público juntou novos elementos de prova que, embora ainda precisem ser submetidos ao pleno contraditório no curso do processo, fortalecem os indícios de que os réus se apropriaram da coisa pública e, desrespeitando o princípio da impessoalidade, buscaram enriquecimento ilícito.

A testemunha **AURELIANO COELHO DA COSTA JÚNIOR**, quando interrogada pelo promotor de justiça da Comarca de Marilândia, Dr. Sávio Fraga e Greco, afirmou ao Ministério Público que trabalho na Câmara de Vereadores do Município de Jataí como assessor legislativo do vereador Gildenício Francisco dos Santos de janeiro a abril de 2013, recebendo, para tanto, o valor aproximado de R\$ 2.730,00 (dois mil setecentos e trinta reais) líquido; que, deste valor, repassava R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês para Jandis Francisco dos Santos, irmão do vereador; que segundo afirmava Gildenício, os pagamentos seriam para que o réu Jandis cuidasse das questões jurídicas do gabinete do parlamentar, haja vista que Aureliano não detinha tal conhecimento; que efetuou três pagamentos para Jandis Francisco, os quais totalizaram R\$ 3.000,00 (três mil reais).

E, corroborando seus relatos, os extratos bancários apresentados pela testemunha consubstanciam **indícios de prova documental** acerca do enriquecimento ilícito de **JANDIS**.

Reiteradamente, auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo de vereador e enriqueceu ilicitamente, solicitando e recebendo mensalmente de servidores lotados em seu gabinete parte das remunerações deles para mantê-los em seus cargos.

Portanto, evidencia-se a que está demonstrada que durante vários anos o vereador Gildenício Santos exigiu esses repasses dos servidores lotados em seu gabinete, acrescendo ao seu patrimônio, mediante a utilização ilícita de seu cargo, altos valores em dinheiro.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Segundo a exordial da promotoria, as condutas do parlamentar tipificaram-se então, em enriquecer-se ilicitamente por auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do seu cargo (conduta tipificada no artigo 9ª, inciso I, da Lei nº 8.429/92), e facilitar a incorporação ao seu patrimônio particular de valores integrantes do acervo patrimonial desta casa legislativa (conduta tipificada no artigo 10ª, inciso I, da Lei nº 8.429/92).

Tais atos praticados pelo vereador ora representado durante tantos anos configura quebra de decoro parlamentar previsto no §1º do art. 34 da LOM.

O recebimento de vantagens ilícitas e imorais como está descrito ação judicial e que serve de fundamento para a representação, ainda mais quando levada a efeito durante tão longo período, configura quebra de decoro parlamentar e frustra a justa expectativa nutrida pelos cidadãos de que as pessoas eleitas pelo voto popular utilizem dos poderes que lhe são outorgados para o bem comum e não para aumentar o próprio patrimônio.

3.2

DO DIREITO

DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA O JULGAMENTO DO PARLAMENTAR - ATO DE NATUREZA "INTERNA CORPORIS"

Como se sabe, muito embora tenha sido atribuída precipuamente ao Poder Judiciário o encargo jurisdicional, essa função também é exercida legitimamente, embora de forma atípica, pelos Poderes Executivos e Legislativos.

A prática de conduta pelos parlamentares que se afigure como procedimento que atente contra o decoro institucional será apurada no âmbito do Poder Legislativo, através de procedimento próprio, como o presente.

O artigo 1º da Res. 12/2009 desta câmara municipal, prevê que no exercício do seu mandato, o vereador atenderá às prescrições das Constituição Federal e Estadual, da Lei Orgânica de Jataí, do Regimento Interno da Câmara e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Desse modo, é de interesse exclusivo desta casa legislativa definir os valores, as normas de condutas e as regras éticas aplicáveis a seus membros.

É também competência privativa desta casa legislativa decretar a perda do mandato dos vereadores.

Vejamos a redação do artigo 30, inciso VIII, da Lei Orgânica 1/1990, deste município:

"Art. 30 - Compete, privativamente, à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições:

(...)

"VIII - decretar a perda do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos VEREADORES, nos casos indicados pela Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na Legislação federal pertinente".

A lei federal 6.448/1977 que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, prevê que compete privativamente às Câmaras municipais, declarar a perda ou extinção de mandato, na forma regimental (artigo 22, inciso XI).

Agora vejamos o que prevê o Regimento Interno 2/2010 desta Câmara Municipal:

"Art. 55 - São obrigações e deveres do Vereador:

(...)

II - obedecer às normas regimentais e ao Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Jataí".

É cediço que os supostos indícios da prática de conduta ilícita pelo parlamentar acabam injustamente atingindo a própria respeitabilidade institucional desta Câmara de Vereadores, residindo, nesse ponto, a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de cassação do mandato parlamentar, em ordem a excluir, da comunhão dos legisladores, aquele - qualquer que seja - que se haja mostrado indigno da magna função de representar o povo, ou de ostentar a condição de vereador, ou, ainda, de controlar as instâncias governamentais de poder.

A possível existência da prática de condutas indecorosas pelo Representado, se ficarem comprovadas desmerece essa casa dos representantes e falta com respeito à dignidade do Poder



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis, de forma inconveniente.

Assim, não restam dúvidas quanto à competência legislativa desta egrégia Câmara Municipal em processar e julgar o parlamentar que venha a praticar atos indecorosos que acabam por manchar a imagem desta casa de leis.

3.2.1 INDÍCIOS DE VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O vereador, caso tenha utilizado o cargo que foi investido para solicitar remuneração dos servidores lotados em seu gabinete, agiu como se fosse o SENHORIO, O DONO E DETENTOR DO DINHEIRO PÚBLICO.

Assim, em tese os supostos indícios de que o parlamentar ora representado tenha enriquecido ilicitamente e causado dano ao erário, acaba gerando a violação dos princípios que regem a Administração Pública, dentre eles os princípios da moralidade, da impessoalidade, e da honestidade, pois praticou atos visando fim defeso em lei, no nosso regulamento interno, e no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Independentemente de qual finalidade o Vereador conferiu aos valores por ele angariados ilegalmente, segundo a peça acusatória lançada pelo Ministério Público, nos autos da ação civil pública, o fato é que caso reste comprovado ao exigir parte das remunerações dos seus servidores, ele "VIOLOU GRAVEMENTE OS PRINCÍPIOS QUE DEVERIAM NORTEAR A SUA CONDUTA COMO AGENTE PÚBLICO".

Nesse passo as condutas do Representado apuradas no processo civil 5234771.57.2019.8.09.0093, ação civil pública de improbidade administrativa, confirmam a LESÃO AO DECORO PARLAMENTAR.

Caso reste comprovado, que os supostos indícios sejam constituídos em provas contidas nos autos da ação de improbidade administrativa, não restará nenhuma dúvida quanto ao cometimento de atos ímprobos, que configuram ato contrário ao decoro parlamentar.

Nesse passo, a conduta do Representado em tese configura a "QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR", na forma do §1º do art.34 da LOM, e contempla a hipótese de cassação do seu mandato de Vereador.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

3.2.2

DA QUEBRA DE DECORO E A PERDA DO MANDATO

O conceito de decoro está dicionarizado, conforme o Aurélio, como "correção moral, compostura, decência, dignidade, nobreza, honradez, brio, pundonor". Atos incompatíveis com o decoro parlamentar são, evidentemente, todos os contrários àqueles princípios.

Segundo Alexandre de Moraes (2002, p. 416), a expressão "decoro parlamentar" pode ser compreendida como "o conjunto de regras legais e morais que devem reger a conduta dos parlamentares, no sentido de dignificação da nobre atividade legislativa".

Para Pontes de Miranda: "decoro é comportamento, é imagem pública, é honra, é dignidade. Decoro parlamentar é obrigação de conteúdo moral e ético que não se confunde com aspectos criminais, embora deles possa decorrer".

No sistema da democracia representativa, tal qual o nosso, os parlamentares recebem do povo delegação para agirem em seu nome, são mandatários, devem aprovar as leis que interessem à sociedade, fiscalizar o poder executivo, exercer o controle orçamentário e financeiro dos gastos públicos, além de outras atribuições institucionais, sendo vedado a eles, e aos demais agentes públicos, se valerem da legislatura para pleitearem vantagens pessoais.

Ocorre que nem sempre os parlamentares se portam como deveriam como ocorre no presente caso, pois que o Representado desviou de sua missão constitucional e agiu de forma ilegítima ao solicitar e receber parte dos vencimentos dos servidores lotados em seu gabinete, denotando condutas incompatíveis com o decoro parlamentar.

Vejamos o que prevê a resolução 12/2009 acerca dos atos contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar:

"Art. 5º - Constituem faltas do Vereador contra a ética e o decoro parlamentar, no exercício de seu mandato:

(...)

III - quanto ao respeito aos recursos públicos:

a) deixar de zelar, com responsabilidade, pela proteção e defesa do patrimônio e dos recursos públicos;

b) "pleitear ou usufruir favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais ilícitos, com recursos públicos, na forma orçamentaria ou financeira".



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

O artigo 12 da Resolução 12/2009 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), vejamos a sua redação:

"Art. 12 - A perda do mandato será aplicada a Vereador:

I - Omissis...

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar".

Vejamos agora a redação do artigo 34, inciso II, e § 1º também da Lei Orgânica 1/1990:

"Art. 34 - Perderá o mandato o Vereador que:
(...)

II - tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

§ "1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais."

Fato é que os indícios de que os atos do Vereador GILDENÍCIO SANTOS, ora afastado, em tese transgrediram o decoro parlamentar revelam-se graves, pois que o parlamentar recebeu dos cidadãos, não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas, também, o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes dos demais poderes.

Vejamos o voto do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello negando recurso do ex-ministro José Dirceu proferir voto negando recurso do ex-ministro José Dirceu, o ministro Celso de Mello assim se pronunciou:

"Os membros do poder Legislativo, quando assim atuam, transgredem as exigências éticas que devem pautar e condicionar a atividade política, que só se legitima quando efetivamente respeitado o princípio da moralidade, que traduz valor constitucional de observância necessária na esfera institucional de qualquer dos poderes da república. - Nenhum membro de qualquer instituição da República está acima da Constituição, nem pode pretender-se excluído da



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

crítica social ou do alcance da fiscalização da coletividade.

- A imputação, a qualquer membro do Legislativo, de atos que importem em transgressão ao decoro parlamentar revela-se fato que assume, perante o corpo de cidadãos, a maior gravidade, a exigir, por isso mesmo, por efeito de imposição ética emanada de um dos dogmas essenciais da República, a plena apuração e o esclarecimento da verdade, tanto mais se se considerar que o parlamento recebeu dos cidadãos, não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas, também, o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes dos demais poderes.

- Qualquer ato de ofensa ao decoro parlamentar culmina por atingir, injustamente, a própria respeitabilidade institucional do Poder Legislativo, residindo, nesse ponto, a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de cassação do mandato parlamentar, em ordem a excluir, da comunhão dos legisladores, aquele - qualquer que seja - que se haja mostrado indigno da magna função de representar o povo, ou de ostentar a condição de membro do legislativo, ou de formular a legislação da república ou, ainda, de controlar as instâncias governamentais de poder.

Não se poderá jamais ignorar que o princípio republicano consagra o dogma de que todos os agentes públicos - legisladores, magistrados, e administradores - são responsáveis perante a lei e a constituição, devendo expor-se, plenamente, às consequências que derivem de eventuais comportamentos ilícitos."

A conduta de utilizar o cargo de vereador para angariar parte das remunerações dos servidores, caso este comprovado caracteriza vantagem pessoal enriquecimento ilícito, dano ao erário, constituindo um verdadeiro desrespeito aos recursos público, enquadrando-se perfeitamente nas condutas previstas no §1º do art.34 da LOM e do artigo 5º inciso III alíneas a e b do Código de Ética e Decoro Parlamentar desta casa legislativa.

4.

NO MÉRITO

4.1

DO SANEAMENTO DO PROCESSO



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Aplica-se por simetria o artigo 357, inciso IV do novel códex processual vigente, para a correção de eventuais defeitos e organização do rumo do processo administrativo em referência, para a segurança jurídica e delimitar as questões de direito relevantes para a decisão de mérito e uma solução justa e eficaz do processo de cassação a ser submetido à votação do Plenário da Câmara Municipal de Jataí.

É o que deseja o art.14 da Resolução nº12/2009, o qual estabelece, nos incisos II e III, que ao Conselho de Ética deve “zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal de Vereadores e processar os representados nos casos e termos previstos neste Código, instaurando o processo disciplinar e procedendo a todos os atos necessários à sua instrução”.

Em assim sendo, que deve nortear o processo administrativo instaurado por este Egrégio Conselho de Ética, seja em relação ao representado, seja em relação a quaisquer representados de processos que venham ser tramitado perante este Órgão, devemos seguir a risca o procedimento judicialiforme por quebra de decoro, visando à perda do mandato, por disposição constitucional.

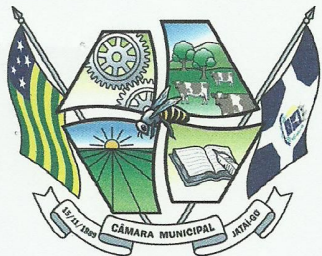
Reiterando-se os fundamentos acima expostos, esta Relatoria passa a manifestar acerca da admissibilidade da Representação formulada pela Mesa Diretora em face do representado.

4.2 Da ilegitimidade ativa da Mesa Diretora para apresentar Representação em desfavor do representado

O art. 16 da Resolução nº 12, de 12 de agosto de 2009, assegura a qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código Ética, in verbis:

“Art.16. Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código Ética”.

Portanto, o procedimento judicialiforme por quebra de decoro, visando à perda do mandato do representado, por disposição legal, somente pode ser iniciado por provocação de qualquer parlamentar.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

No caso concreto, a representação foi apresentada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, a qual não tem legitimidade ativa para representar o vereador ora representado.

Neste caso, a Mesa Diretora atua como órgão auxiliar do Conselho de Ética para receber o parecer final, nos termos do inciso I, do artigo 22 da Resolução Nº12/09, encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias, Projeto de Resolução, a ser submetido à votação do Plenário, na primeira Sessão Ordinária seguinte ao término do prazo da Mesa, como primeiro item da Ordem do Dia, quem verdadeiramente e definitivamente decidirá, que arbitrará e pena cabível por maioria absoluta.

Como a representação deve ser apresentada por qualquer Vereador a Mesa não tem competência e o direito de representar contra o representado por quebra de decoro parlamentar.

O art.27 da Lei Orgânica dispõe sobre a competência da Mesa, verbis:

Art.27. À mesa, compete:

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor os projetos de lei que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - apresentar projeto de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - representar, junto ao executivo, sobre necessidade de economia interna;

VI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Da mesma forma, o artigo 14 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jataí, estabelece as atribuições da Mesa Diretora, verbis:

"Art.14. À Mesa Diretora compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei e neste Regimento ou deles implicitamente resultantes, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara, especialmente:

I - No setor legislativo:



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

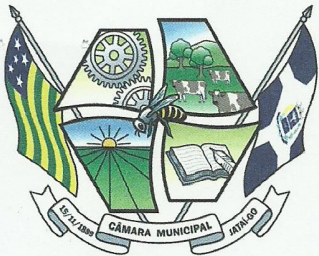
- a) Convocar sessões extraordinárias;
- b) Propor privativamente à Câmara:
 - 1- Projetos que disponham sobre criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração;
 - 2- Projetos de lei que disponham sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total de dotação da Câmara;
 - 3- Projeto de Lei sobre a remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito;
 - 4- Projeto de Lei que disponha sobre a remuneração dos Vereadores.
- c) Tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- d) Declarar a perda do mandato de Vereador, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos membros da Câmara ou de partido político nela representado, assegurado o direito de defesa nos casos previstos no artigo 34 da Lei Orgânica do Município.

Da exegese contida no texto expresso na alínea "d" do inciso I do artigo 14 acima transcrito, nota-se, que a Mesa não pode ao mesmo tempo representar e julgar.

Mais uma vez reforça, a tese, quanto a falta de legitimidade ativa de representação por parte da Mesa Diretora, contra vereador representado por decoro parlamentar, por ser a mesma que detém o poder e a legitimidade de declarar a perda do mandato de Vereador, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos membros da Câmara, razão a qual não pode representar e julgar ao mesmo tempo.

Do contrário haverá abuso de poder e ilegalidade ofensivas ao direito de representação, ilegalidade, extrapolação na legitimidade ativa e atropelo do procedimento e o devido processo legal.

Por conseguinte, o direito de representação somente estará plenamente satisfeito quando e depois de recebido e instaurado o processo pelo Conselho de Ética de acordo com as normas legais pertinentes.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

É o que deseja o artigo 16 e seguintes do Código de Ética, de modo equilibrado e justo.

Podemos afirmar, ainda, que o processo de decoro e à ética parlamentar fixou de modo claro, a quem de direito tem legitimidade ativa para representar formalmente ao Presidente do Conselho de Ética, por descumprimento de normas estabelecidas neste Código de Ética por atos indecorosos.

Do exposto, a Mesa não possui legitimidade ativa de representar contra o vereador representado por conduta incompatível ao decoro parlamentar, sob pena de usurpação por ser o direito de representar a qualquer parlamentar e não à Mesa.

Não está aqui a defender que o Conselho de Ética, deixe de investigar e recomendar a cassação de mandato de Vereadores pelos seus desacertos. O que afirmamos é que tais investigações somente devem ser iniciada, dentro de um juízo de ponderações, razoabilidade em obediência ao devido processo legal e a lei.

Não se deve, diante de meras disputas políticas ou sob o pálio de revanchismos incompatíveis com as disputas ideológicas travadas no parlamento. Os atos do Conselho de Ética devem ser vinculados à lei.

Dando a concreta aplicação e eficácia ao art.16 da Resolução nº 12/09, a representação oferta pela Mesa, para a sua convalidação e tornar-se válida, deve efetuar a correção do ato administrativo, de forma que ela fique perfeita, atendendo a todas as exigências legais, sob pena de ser anulada pelo representado perante o Poder Judiciário.

4.3

VOTO

No reexame do procedimento disciplinar perante este Conselho de Ética, o qual cabe ao Relator examinar, respeitando os mandamentos constitucionais e o ordenamento jurídico pátrio que constitui vigas mestras, constamos que a representação ofertada pela Mesa Diretora, apresenta defeituosa, conforme sustentado com base em fundamentos de fato e de direito esposado no tópico 4.2, que não tem legitimidade ativa para apresentar Representação em desfavor do representado, nos termos do art.16 da Resolução nº 12, de 12 de agosto de 2009.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Dessa forma, compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar atuar de modo a combater e punir adequadamente qualquer ato que macule a imagem do Poder Legislativo perante a sociedade.

Destaca-se que a natureza jurídica dos processos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é político-administrativo, diferindo, portanto, das ações penais e civis. Inclusive, ressalvados os casos de decisão condenatória transitada em julgado que fazem coisa julgada relativamente à culpa do agente, e tornam verdadeiros os fatos alegados pela acusação, não há quais quer implicações de uma decisão, seja absolutória, seja condenatória na esfera penal ou civil nas decisões do Conselho de Ética, sendo esse o entendimento do STF.

Dessa forma, cada esfera possui suas próprias condições de ação, devendo cada procedimento respeitar os limites legais aos quais está inserido.

Diante disso, não se pode tentar aplicar conceitos jurídicos de outros ramos do direito para tentar condicionar uma decisão que deve ser predominantemente político-administrativa.

Isso é, cabe ao colegiado do Conselho, observando os princípios constitucionais, legais e regimentais, realizar juízo valorativo sob os requisitos de admissibilidade, não devendo ficar amarrado a especificidade de outras áreas do Direito.

Dessa forma, me posiciono pela recomendação de abertura de novo ao representado possa novamente ser ouvido, bem como a oitiva das testemunhas de defesa arroladas pelo mesmo.

5.

CONCLUSÃO

Diante dessa análise, na esteira do generalizado, recomenda aos membros deste Colegiado, após sanada o defeito na Representação, seja concedido novo prazo ao representado para que o mesmo possa ser ouvido juntamente com as suas testemunhas, conforme ordenamento jurídico constitucional do contraditório e da ampla defesa, objetivando o saneamento do processo.

Não sendo este o entendimento deste Conselho de Ética, recomenda seja elaborado Parecer Final divergente em apertado.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Saneado o processo seja o mesmo devolvido a esta
~~Relatória, para a emissão de novo Parecer Final definitivo, que desde~~
já, manifesta pela recomendação a Mesa Diretora, para os devidos de
mister.

É o parecer salvo maior juízo.

Jataí, 16 de outubro de 2019.



DAVID PIRES DE SOUSA
Vereador Relator